

## Ecocrítica: considerações preliminares sobre literatura, meio ambiente e direitos humanos

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos (IFPB, Campus Monteiro), Alice Giovanna de Oliveira Amorim (IFPB, Campus Monteiro), Giovanna Maria de Queiroz Maciel (IFPB, Campus Monteiro), Júlia Farias Nascimento Alexandre (IFPB, Campus Monteiro), Maria Clara Berto Quintans (IFPB, Campus Monteiro) e Rafael Venâncio (IFPB, Campus Monteiro).

**E-mail:** [adaylson.vasconcelos@ifpb.edu.br](mailto:adaylson.vasconcelos@ifpb.edu.br), [amorim.oliveira@academico.ifpb.edu.br](mailto:amorim.oliveira@academico.ifpb.edu.br), [giovanna.queiroz@academico.ifpb.edu.br](mailto:giovanna.queiroz@academico.ifpb.edu.br), [farias.julia@academico.ifpb.edu.br](mailto:farias.julia@academico.ifpb.edu.br), [clara.quintans@academico.ifpb.edu.br](mailto:clara.quintans@academico.ifpb.edu.br), [rafael.venancio@ifpb.edu.br](mailto:rafael.venancio@ifpb.edu.br).

**Área de conhecimento (Tabela CNPq):** 8.00.00.00-2 Linguística, Letras e Artes.

**Palavras-chave:** ecocrítica; literatura; natureza; Amazônia; Euclides da Cunha.

### 1. Introdução

A ecocrítica, enquanto campo interdisciplinar da teoria literária, tem ganhado destaque nas últimas décadas ao propor uma reflexão sistemática sobre as relações entre literatura, cultura e meio ambiente, compreendido este não apenas como um tema estético ou científico, mas como um direito humano fundamental. O reconhecimento desse direito, consolidado na nossa Carta Maior (2024 [1988]), afirma que todas as pessoas têm direito a um meio ambiente equilibrado, saudável e sustentável, o que amplia a relevância social e política dos estudos ecocríticos ao situar a literatura como espaço de defesa e promoção desse direito que ultrapassa as fronteiras do nosso direito nacional, alcançando igualmente o direito internacional.

Ao analisar como textos literários constroem, representam e problematizam a natureza, a ecocrítica amplia o escopo dos estudos literários tradicionais, incorporando preocupações éticas, políticas e sociais relacionadas à crise ecológica global e ao imperativo de garantir condições ambientais dignas para as atuais e futuras gerações. Esse campo surge em resposta à intensificação dos debates ambientais no século XX, especialmente após a publicação de obras fundamentais como *“Primavera silenciosa”* (1962 [2010]), de Rachel Carson, e os primeiros trabalhos teóricos de William Rueckert (1978), que cunhou o termo “ecocrítica”. Desde então, o movimento se consolidou e diversificou, abrangendo múltiplas perspectivas e metodologias.

No contexto atual, marcado por desafios ambientais sem precedentes - como as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e a crescente desigualdade socioambiental -, a ecocrítica revela-se uma ferramenta essencial para repensar o papel da literatura na formação de consciências críticas e na promoção do engajamento cívico. Ao deslocar o foco da análise literária para a interação entre seres humanos e o mundo natural, a ecocrítica permite compreender como as narrativas literárias contribuem para a construção de imaginários ecológicos, identidades coletivas e projetos de futuro mais sustentáveis, reforçando a ideia de que a proteção ambiental é indissociável da efetivação dos direitos humanos e da justiça social.

Este trabalho insere-se no âmbito do projeto *“Direitos humanos, meio ambiente e gênero: discussões do hoje na redação do ENEM”*, cujo objetivo central é fomentar reflexões interdisciplinares sobre temas contemporâneos e sua interface com a educação. A escolha da ecocrítica como objeto de estudo dialoga diretamente com as diretrizes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que frequentemente aborda questões ambientais, sociais e de direitos humanos em suas propostas de redação. Assim, ao apresentar os principais conceitos, pressupostos teórico-metodológicos e a aplicabilidade da ecocrítica na análise literária, este trabalho busca não apenas contribuir para o avanço dos estudos literários, mas também oferecer subsídios para a formação de professores e estudantes, estimulando uma leitura crítica e ética dos desafios do nosso tempo.

Ao longo do texto, serão discutidas as origens e o desenvolvimento da ecocrítica, suas principais correntes e conceitos, bem como exemplos de sua aplicação em obras literárias relevantes. Busca-se, desse modo, evidenciar como a ecocrítica pode atuar como um instrumento de transformação social, promovendo a articulação entre literatura, direitos humanos e meio ambiente, e contribuindo para o fortalecimento de uma educação comprometida com a justiça ambiental e a cidadania global.

### 2. Materiais e métodos

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em uma revisão bibliográfica crítica e sistemática de textos acadêmicos, artigos e livros que tratam da ecocrítica, sua evolução, conceitos-chave e exemplos de aplicação em obras literárias. Essa escolha metodológica justifica-se pela necessidade de mapear as bases teóricas do campo, compreender sua trajetória histórica e analisar suas aplicações práticas na interpretação literária. A revisão foi realizada em duas frentes complementares: por um lado, a análise de fontes internacionais consideradas seminais, como os trabalhos fundadores de William Rueckert e Lawrence Buell; por outro, a investigação da produção acadêmica nacional recente, incluindo pesquisas publicadas em periódicos especializados, o que possibilitou identificar tanto os fundamentos do ecocriticismo quanto suas adaptações e contribuições no contexto sociocultural brasileiro.

O percurso metodológico organiza-se em três eixos principais. Primeiramente, realiza-se uma reconstrução histórica do campo, rastreando as origens da ecocrítica nos movimentos ambientalistas das décadas de 1960 e 1970, com destaque para a influência do ativismo de Rachel Carson e a institucionalização do campo a partir da criação da *Association for the Study of Literature and Environment* (ASLE). Em seguida, procede-se à sistematização conceitual, por meio da análise comparativa de termos fundamentais, como antropoceno, ecopoética e pós-humanismo ecológico, examinando o diálogo desses conceitos com a crítica literária. Por fim, busca-se a aplicação prática desses referenciais teóricos na análise de obras literárias, como, no caso, crônicas euclidianas, para testar a eficácia das ferramentas ecocríticas na interpretação de narrativas que articulam crises ambientais e desigualdades sociais.

A seleção das fontes prioriza textos que combinam rigor teórico e relevância social, seguindo critérios como impacto acadêmico, atualidade e articulação com temas transversais ao projeto “direitos humanos, meio ambiente e gênero”. Para garantir a abrangência da análise, poderão ser incluídos desde manifestos ecocríticos clássicos até estudos de literatura brasileira, ampliando o escopo para além do cânone ocidental e valorizando perspectivas plurais e interculturais.

O material utilizado pode ser entendido e distribuído em três categorias principais. A primeira abrange textos teóricos internacionais, incluindo obras fundadoras, manuais didáticos e ensaios filosóficos que fundamentam o pensamento ecocrítico. A segunda categoria contempla a produção crítica nacional, com artigos que discutem a ecocrítica em diálogo com a educação, análises da literatura amazônica e pesquisas sobre meio ambiente e literatura na poesia brasileira. Por fim, a terceira categoria reúne obras literárias - romances, poemas e narrativas orais - que tematizam conflitos socioambientais e foram selecionadas por sua representatividade cultural e potencial didático, especialmente para o contexto do ENEM.

A análise é construída em quatro etapas interligadas. Na primeira, realiza uma cartografia conceitual, identificando termos-chave e suas variações semânticas em diferentes contextos culturais. A segunda etapa concentra a análise narrativista, examinando estratégias literárias que subvertem a tradicional dicotomia entre natureza e cultura, como alegorias do colapso ecológico em distopias e metáforas que vinculam a degradação ambiental à violência. A terceira etapa realiza uma crítica política, avaliando o potencial transformador dos textos, alinhada à premissa de que a ecocrítica deve ser engajada e intervencionista. Nesse sentido, são analisadas obras que fomentam debates sobre questões ambientais e sociais relevantes para a educação e o ativismo. Por fim, a quarta etapa promove um diálogo entre os conceitos ecocríticos e os temas recorrentes nas propostas de redação do ENEM, identificando oportunidades para integrar literatura e educação ambiental nas práticas pedagógicas.

Essa abordagem metodológica possibilita a demonstração que a ecocrítica, além de uma ferramenta analítica, funciona como uma ponte entre a academia, a educação básica e o ativismo socioambiental, contribuindo para a formação de uma consciência crítica e comprometida com os desafios ambientais contemporâneos.

### 3. Resultados e discussão

A ecocrítica, ao focalizar o texto literário sob uma perspectiva ambientalista, amplia o escopo da crítica tradicional ao reconhecer o ambiente não apenas como cenário, mas como ator político e estético que molda narrativas e conflitos. Essa abordagem encontra ressonância nos escritos de Euclides da Cunha sobre a Amazônia, compilados em *À margem da história* (1999). Na obra, Euclides transcende a visão romântica da natureza como paisagem idílica, apresentando a floresta como entidade dinâmica e opressora, capaz de desafiar projetos civilizatórios. Sua descrição dos rios locais como adversários que solapam a própria terra, exemplifica essa personificação da natureza, antecipando a ecocrítica ao atribuir agência ao ambiente.

A interdisciplinaridade, pressuposto teórico-metodológico central da ecocrítica, manifesta-se na obra euclidiana pela fusão entre rigor científico (hidrografia, geologia), crítica social e reflexão literária. Ainda em *À margem da história* (1999), Euclides dialoga com naturalistas como William Chandless e Henry Walter Bates, mas subverte o olhar colonialista ao denunciar a exploração de seringueiros nordestinos, comparados a mártires da civilização. Essa síntese entre ciência e denúncia socioambiental revela uma leitura complexa das relações entre cultura e natureza, onde a floresta amazônica não é mero objeto de estudo, mas espaço de contradições: “a natureza é portentosa, mas incompleta” (CUNHA, 1999, p. 03) ou “é surpreendente, preciosíssima, desconexa” (CUNHA, 1999, p. 03).

O campo ecocrítico, como destacado por Garrard (2006), caracteriza-se por uma abordagem política engajada, comprometida com a transformação das relações humano-natureza. Euclides antecipa essa dimensão ao vincular a degradação ambiental à violência social. Na crônica *Impressões gerais*, descreve o extrativismo da borracha como ciclo infernal, no qual homens *animalizados* lutam contra a ganância de intermediários e a hostilidade da floresta: o seringueiro “é o homem que trabalha para escravizar-se” (CUNHA, 1999, p. 13). Essa crítica ecoa questões contemporâneas de justiça ambiental, expõe como a omissão estatal e a lógica predatória do capital geram caos social e ecológico, tema que ressoa em debates atuais sobre a Amazônia.

Na literatura, a ecocrítica revela-se produtiva ao analisar narrativas que articulam colonialismo, identidades ecológicas e crises ambientais. Os escritos euclidianos sobre a Amazônia, embora não explicitamente ambientais, desvendam implicações ecológicas ao expor a floresta como entidade que resiste à domesticação. É na supramencionada crônica que há descrição da vegetação como *monstruosa* e *imperfeita*, esta que desafia a visão europeizante de progresso. Todavia, Euclides da Cunha imprime a ideia da Amazônia como “página inédita e

contemporânea do Gênese” (CUNHA, 2000, p. 113) e sugere uma cosmovisão que integra mito e ciência. Tais imagens antecipam a ecopoética, ao traduzir a complexidade ecológica em linguagem literária.

No contexto brasileiro, a ecocrítica contribui para o ensino de literatura ao estimular leituras que conectam textos clássicos a desafios contemporâneos. A análise de *À margem da história* (1999) permite discutir, por exemplo, como a representação euclidiana da Amazônia alcançou a condição de espaço cobiçado por potências estrangeiras, visão esta que dialoga com atuais conflitos por soberania na região. Além disso, sua denúncia da omissão estatal frente à exploração de trabalhadores e recursos naturais oferece subsídios para reflexões sobre sustentabilidade e direitos humanos, temas recorrentes no ENEM.

Assim, a obra de Euclides da Cunha não apenas prenuncia a ecocrítica, mas a desafia a repensar seus limites. Seus escritos demonstram que a relação entre literatura e ambiente não se restringe a temas explícitos, mas permeia estruturas narrativas e escolhas estilísticas, onde a floresta emerge como protagonista de um drama histórico ainda inacabado.

## 5. Considerações finais

Preliminarmente, é possível compreender que a ecocrítica, ao propor uma leitura ambientalmente orientada dos textos literários, oferece ferramentas teóricas e metodológicas para repensar o papel da literatura na formação de consciências ecológicas e na problematização das relações entre humanos e ambiente. Essa abordagem transcende a análise estética tradicional ao incorporar perspectivas interdisciplinares que vinculam literatura, ecologia política, filosofia ambiental e estudos pós-coloniais. Ao examinar narrativas que retratam conflitos socioambientais ou que expressam visões alternativas de mundo, a ecocrítica revela como a literatura pode desconstruir visões colonialistas da natureza, promovendo noções de reciprocidade, respeito e interdependência entre seres humanos e o meio ambiente.

A compreensão do meio ambiente como direito humano fundamental amplia ainda mais o alcance e a relevância da ecocrítica. O reconhecimento internacional, consagrado por resoluções recentes da ONU, de que todas as pessoas têm direito a um meio ambiente equilibrado, saudável e sustentável, reforça a centralidade dessa pauta não apenas no âmbito jurídico, mas também cultural e literário. Esse direito é indispensável à manutenção da vida digna para as gerações presentes e futuras, sendo considerado um direito humano de terceira geração, tanto na Constituição brasileira, em seu art. 225, quanto em tratados internacionais. Assim, a análise literária orientada pela ecocrítica contribui para a efetivação desse direito, ao fomentar debates sobre justiça ambiental, equidade e responsabilidade intergeracional.

Sua aplicabilidade vai além da análise de obras canônicas, alcançando textos contemporâneos, produções midiáticas e discursos científicos, o que reforça sua relevância para os estudos literários e para o debate público sobre as crises ecológicas. Em contextos educacionais, a ecocrítica tem sido utilizada para analisar gêneros diversos – de poemas e romances a reportagens e textos publicitários –, estimulando leitores a refletirem sobre ética ambiental, desmatamento, justiça climática e responsabilidade social. Ao mesmo tempo, ao questionar discursos científicos e midiáticos que naturalizam a degradação ambiental ou reduzem a crise ecológica a uma questão meramente técnica, a ecocrítica evidencia o entrelaçamento dessas questões com estruturas de poder, desigualdade e exclusão, destacando que a garantia de um meio ambiente saudável é condição para a realização de outros direitos, como a vida, a saúde e a dignidade.

A ecocrítica, ao integrar ética, política e estética, propõe uma literatura comprometida com o futuro do planeta e com novas formas de coexistência, desafiando perspectivas eurocêntricas e antropocêntricas ao valorizar saberes tradicionais, cosmologias não ocidentais e experiências de resistência. Engajada em debates sobre desigualdades ambientais, analisa criticamente as causas e consequências da crise ecológica, reconhecendo os textos literários como agentes de transformação socioambiental e vinculando a proteção ambiental à luta pelos direitos humanos. Ao ampliar o cânone literário para incluir vozes marginalizadas e dialogar com movimentos sociais e ambientais, a ecocrítica fortalece alternativas ao antropocentrismo, articulando análise crítica e ação política. Assim, torna-se fundamental para repensar modos de vida e convivência diante dos desafios ambientais contemporâneos, afirmando o direito a um meio ambiente saudável como um direito humano universal.

## Agradecimentos

Ao IFPB, pelo apoio institucional disponibilizado ao projeto de pesquisa na Chamada Interconecta 01/2025.

## Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: STF, 2024.
- CARSON, R. **Primavera silenciosa**. Tradução de Cláudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Gaia, 2010.
- CUNHA, E. da. **À margem da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- CUNHA, E. da. **Um paraíso perdido**: reunião de ensaios amazônicos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.
- GARRARD, G. **Ecocrítica**. Tradução de André Cechinel. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.
- RUECKERT, W. Literature and ecology: an experiment in ecocriticism. **The Iowa Review**, v. 9, n. 1, p. 71-86, 1978.